

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
Nova Londrina/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		376.736	343.688	CIRCULANTE		187.686	161.475
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	11.099	7.264	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	96.067	82.644
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		139.058	163.570	Depósitos à Vista		82.616	69.212
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	5	Depósitos a Prazo		13.451	13.432
Correspondentes no país		462	310	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		39.853	34.122
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	138.596	163.255	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	215
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	192.456	147.969	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	39.853	33.907
Operações de Crédito		206.334	157.653	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.069	761
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(13.878)	(9.684)	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.069	761
OUTROS CRÉDITOS		30.363	22.618	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	2	3.144
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)	214	89	Empréstimos País - Outras Instituições		2	3.144
Rendas a Receber		1.014	951	OUTRAS OBRIGAÇÕES		50.695	40.804
Diversos	(NOTA 06 e 07)	29.721	21.965	Cobrança e Arrecadação de Tributos		109	86
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(586)	(387)	Sociais e Estatutárias		6.275	4.016
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	3.760	2.267	Fiscais e Previdenciárias		913	794
Outros Valores e Bens		4.042	3.193	Diversas	(NOTA 14)	43.398	35.908
(Provisão para desvalorização)		(380)	(1.018)				
Despesas Antecipadas		98	92				
NÃO CIRCULANTE		195.164	128.368	NÃO CIRCULANTE		296.097	239.918
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		195.164	128.368	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		296.097	239.918
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	12.637	2.126	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	218.040	197.572
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.637	2.126	Depósitos Interfinanceiros		5.246	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	155.267	104.067	Depósitos a Prazo		212.794	197.572
Operações de Crédito		160.460	108.493	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	74.034	42.346
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(5.193)	(4.426)	Repasse Interfinanceiros		74.034	42.346
OUTROS CRÉDITOS		154	18	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.023	-
Diversos	(NOTA 06 e 07)	155	18	Empréstimos País - Outras Instituições		4.023	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(1)	-				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	9.206	6.784	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.117	70.663
Outros Investimentos		9.206	6.784	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	52.629	43.892
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	13.815	11.103	De Domiciliados no País		76.578	61.324
Imóveis de Uso		2.477	1.842	(Capital a Realizar)		(23.949)	(17.432)
Outras Imobilizações de Uso		18.431	14.849	RESERVAS DE SOBRAS		33.758	25.573
(Depreciação acumulada)		(7.093)	(5.588)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.730	1.198
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	4.085	4.270				
Outros Ativos Intangíveis		8.701	7.888				
(Amortização acumulada)		(4.616)	(3.618)				
TOTAL DO ATIVO		571.900	472.056	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		571.900	472.056

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.717	-	40.717	76.787	2	76.789	57.186	-	57.186
Operações de Crédito	40.600	-	40.600	76.604	2	76.606	57.058	-	57.058
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	110	-	110	176	-	176	128	-	128
Resultado das Aplicações Compulsórias	7	-	7	7	-	7	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.116)	(92)	(16.208)	(31.480)	(168)	(31.648)	(24.681)	(76)	(24.757)
Operações de Captação no Mercado	(6.071)	(92)	(6.163)	(12.744)	(168)	(12.912)	(11.703)	(76)	(11.779)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.938)	-	(2.938)	(5.441)	-	(5.441)	(3.852)	-	(3.852)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.107)	-	(7.107)	(13.295)	-	(13.295)	(9.126)	-	(9.126)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.601	(92)	24.509	45.307	(166)	45.141	32.505	(76)	32.429
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(17.954)	2.189	(15.765)	(32.593)	4.209	(28.384)	(23.961)	3.160	(20.801)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.629	6.231	8.860	5.115	11.950	17.065	4.409	9.835	14.244
Rendas de Tarifas Bancárias	4.366	-	4.366	7.911	-	7.911	6.376	-	6.376
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.165)	(1.409)	(12.574)	(20.700)	(2.839)	(23.539)	(17.230)	(2.193)	(19.423)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(11.943)	(1.908)	(13.851)	(22.917)	(3.544)	(26.461)	(18.845)	(2.966)	(21.811)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(33)	(597)	(630)	(96)	(892)	(988)	(73)	(745)	(818)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	5.070	524	5.594	10.767	732	11.499	12.777	293	13.070
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(6.878)	(652)	(7.530)	(12.673)	(1.198)	(13.871)	(11.375)	(1.064)	(12.439)
RESULTADO OPERACIONAL	6.647	2.097	8.744	12.714	4.043	16.757	8.544	3.084	11.628
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	80	(15)	65	512	(14)	498	(77)	(10)	(87)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.727	2.082	8.809	13.226	4.029	17.255	8.467	3.074	11.541
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	242	242	-	(309)	(309)	-	232	232
Provisão para Imposto de Renda	-	157	157	-	(184)	(184)	-	154	154
Provisão para Contribuição Social	-	85	85	-	(125)	(125)	-	78	78
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.013)	-	(2.013)	(3.791)	-	(3.791)	(2.169)	-	(2.169)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.714	2.324	7.038	9.435	3.720	13.155	6.298	3.306	9.604
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.720	(3.720)	-	3.306	(3.306)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.714	2.324	7.038	13.155	-	13.155	9.604	-	9.604
DESTINAÇÕES	-	-	-	(11.425)	-	(11.425)	(8.406)	-	(8.406)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.894)	-	(2.894)	(2.549)	-	(2.549)
Fates - Estatutário	-	-	-	(346)	-	(346)	(240)	-	(240)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.845)	-	(4.845)	(3.355)	-	(3.355)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.340)	-	(3.340)	(2.262)	-	(2.262)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.730	-	1.730	1.198	-	1.198

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP

CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	38.100	19.956	571	58.627
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	565	-	(565)	-
Outras destinações	-	-	(6)	(6)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.321	-	-	4.321
Baixas de capital	(1.615)	-	-	(1.615)
Resultado do período	-	-	9.604	9.604
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(240)	(240)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.355	(3.355)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.521	-	(2.549)	(28)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.262	(2.262)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	43.892	25.573	1.198	70.663
Mutações do Período	5.792	5.617	627	12.036
Saldos no início do período em 01/01/2019	43.892	25.573	1.198	70.663
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.190	-	(1.190)	-
Outras destinações	-	-	(8)	(8)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.408	-	-	6.408
Baixas de capital	(1.707)	-	-	(1.707)
Reversões de reservas	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	13.155	13.155
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(346)	(346)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.845	(4.845)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.846	-	(2.894)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.340	(3.340)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	52.629	33.758	1.730	88.117
Mutações do Período	8.737	8.185	532	17.454
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	47.670	25.573	6.117	79.360
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.289	-	-	3.289
Baixas de capital	(1.176)	-	-	(1.176)
Reversões de reservas	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	7.038	7.038
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(346)	(346)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.845	(4.845)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.846	-	(2.894)	(48)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.340	(3.340)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	52.629	33.758	1.730	88.117
Mutações do Período	4.959	8.185	(4.387)	8.757

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP
CNPJ/MF nº 81.206.039/0001-61

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	11.349	20.266	11.913
Resultado do semestre/exercício	7.038	13.155	9.604
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.311	7.111	2.309
Provisão para operações de crédito	3.181	4.961	265
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(236)	(638)	(21)
Provisão para desvalorização de outros créditos	240	200	158
Depreciação do imobilizado de uso	1.007	1.896	1.320
Amortização do intangível	533	998	837
Baixas do ativo permanente	44	125	103
(Reversão) para passivos contingentes	(95)	(109)	(119)
Destinações ao FATES	(346)	(346)	(240)
Dividendos SicrediPar	(17)	24	6
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(17.626)	(37.767)	(10.130)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.445)	(10.511)	(128)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.599	5	57
Redução em créditos vinculados	17	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(167)	(153)	9
(Aumento) em operações de crédito	(45.762)	(100.648)	(81.303)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	15.406	37.419	30.591
(Aumento) em outros créditos	(4.965)	(8.105)	(6.128)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	387	(854)	(474)
Aumento (Redução) em depósitos	(741)	33.891	37.900
Aumento em relações interdependências passivas	269	308	141
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	4.025	881	667
Absorção de dispêndios pelo FATES	(44)	(240)	(114)
Aumento em outras obrigações	19.795	10.240	8.652
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.277)	(17.501)	1.783
Aquisição de Investimentos	(2.422)	(2.422)	(693)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.857)	(4.733)	(5.178)
Aplicações no Intangível	(365)	(813)	(1.885)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.644)	(7.968)	(7.756)
Integralização de capital	3.289	6.408	4.321
Baixa de capital	(1.176)	(1.707)	(1.615)
Juros ao capital próprio	(48)	(48)	(28)
Distribuição de Sobras	-	(8)	(6)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.065	4.645	2.672
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(8.856)	(20.824)	(3.301)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	158.551	170.519	173.820
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	149.695	149.695	170.519

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/11/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 10 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	11.099	7.264
Caixa	11.099	7.264
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	138.596	163.255
Total	149.695	170.519

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.637	2.126
DI entre Banco e Cooperativas	12.637	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.126
Total não circulante	12.637	2.126

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	137.803	67.030	204.833	160.189
Financiamentos	21.009	32.274	53.283	35.779
Financiamentos rurais e agroindustriais	47.522	61.156	108.678	70.178
Carteira total	206.334	160.460	366.794	266.146

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	214	-	214	89
Devedores por compra de valores e bens	648	150	798	454
Títulos e créditos a receber (i)	25.043	5	25.048	17.259
Total	25.905	155	26.060	17.802

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	155.074	109.957	775	550
Nível B	1,00	127.502	87.700	1.276	877
Nível C	3,00	74.062	59.895	2.222	1.796
Nível D	10,00	17.582	13.119	1.758	1.312
Nível E	30,00	4.651	2.809	1.395	843
Nível F	50,00	2.218	1.365	1.109	683
Nível G	70,00	2.139	2.222	1.497	1.555
Nível H	100,00	9.626	6.881	9.626	6.881
Total		392.854	283.948	19.658	14.497

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.065	43.406	54.113	50.510	155.094	114.883
Rural	47	7.170	40.305	61.156	108.678	70.178
Industrial	34	6.021	4.263	8.439	18.757	18.625
Comércio	1.606	20.530	21.283	23.679	67.098	53.685
Outros Serviços	1.665	10.872	13.859	16.831	43.227	26.577
Total	10.417	87.999	133.823	160.615	392.854	283.948

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	25.377	6,46	25.915	9,13
50 devedores seguintes	51.161	13,02	42.739	15,05
100 devedores seguintes	52.253	13,30	41.108	14,48
Demais	264.063	67,22	174.186	61,34
Total	392.854	100	283.948	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	14.497	14.074
Constituição de provisão	13.295	9.126
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.134)	(8.703)
Saldo final	19.658	14.497

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.926 (2018 - R\$ 3.258), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 17.487 (2018 - R\$ 13.212).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	693	544
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	695	440
Devedores por compra de valores e bens	648	437
Devedores por depósitos em garantia	36	77
Impostos e contribuições a compensar	329	813
Títulos e créditos a receber (ii)	25.043	17.258
Cotas de consórcio	540	666
Devedores por convênios	768	756
Operações com cartões	328	418
Pendências a regularizar	100	124
Outros	541	432
Total Circulante	29.721	21.965

Devedores por compra de valores e bens	150	17
Títulos e créditos a receber (ii)	5	1
Total não circulante	155	18

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.970	3.115
Imóveis	3.547	2.719
Veículos e afins	423	60
Bens em regime especial	-	336
Material em estoque	72	78
Despesas antecipadas	98	92
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(380)	(1.018)
Total Circulante	3.760	2.267

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 380 (2018 - R\$ 1.018) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.517	4.239
Sicredi Participações S.A.	2.688	2.544
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	9.206	6.784

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	915.598 ON 1.917.570 PN	821.360 ON 1.722.448 PN	1 Quotas	1 Quotas	6.516.136 Quotas	4.238.952 Quotas
Percentual de participação	0,27%	0,29%	0,62%	0,62%	2,06%	1,86%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	2.688	2.544	1	1	6.517	4.239

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	20.908	(7.093)	13.815	11.103
Imobilizações em curso	-	404	-	404	675
Terrenos	-	1.000	-	1.000	1.000
Edificações	4%	1.477	(181)	1.296	699
Instalações	10%	3.651	(1.200)	2.451	1.970
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.112	(2.026)	5.086	3.915
Sistema de comunicação	10%	267	(76)	191	141
Sistema de processamento de dados	20%	4.823	(2.691)	2.132	1.729
Sistema de segurança	10%	1.332	(467)	865	766
Sistema de transporte	20%	842	(452)	390	208
Intangível (i)		8.701	(4.616)	4.085	4.270
Investimentos Confederação		8.451	(4.590)	3.861	4.270
Outros ativos intangíveis		250	(26)	224	-
Total		29.609	(11.709)	17.900	15.373

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	82.616	-	-	82.616	69.212
Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.246	5.246	-
Depósitos a prazo	5.168	8.283	212.794	226.245	211.004
Total	87.784	8.283	218.040	314.107	280.216

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	39.853	33.907
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	39.853	33.907
Total circulante	39.853	33.907
Recursos do Crédito Rural	74.034	42.346
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	74.034	42.346
Total não circulante	74.034	42.346

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 13/03/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	2	3.144
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	3.144
Outras instituições	2	-
Total circulante	2	3.144
Empréstimos no País - outras instituições	4.023	-
Outras instituições	4.023	-
Total não circulante	4.023	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	12.384	12.809
Obrigações por convênios oficiais	11	5
Provisão para pagamentos a efetuar	2.482	2.189
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	137	246
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	782	547
Pendências a regularizar	34	103
Operações com cartões	24.321	17.314
Demais fornecedores	1.476	1.530
Credores diversos	1.771	1.165
Total circulante	43.398	35.908

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	191	61	(191)	61
Cível	55	56	(35)	76
Total	246	117	(226)	137

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	61	191
Cível	Provável	76	55
Total		137	246

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 872; R\$ 445 (2018 - R\$ 892, R\$445), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	52.629	43.892
Total de associados	50.763	43.402

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.737 (2018 – R\$ 5.792), sendo R\$ 4.036 (2018 – R\$ 3.086) via integralização de resultados e R\$ 6.408 (2018 – R\$ 4.321), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.707 (2018 – R\$ 1.615).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,18% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.893, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.464	9.372
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.385)	(3.936)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	12	4
Provisão resgate de milhas cartão	10	(37)
Brindes e Doações	(40)	(34)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(16)	56
Receita com atos cooperativos	3.774	2.645
Juros sobre capital próprio	1.157	1.071
Prejuízo fiscal	148	66
Lucros e dividendos	7	17
Outros	24	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	358
Subtotal	5.076	4.168
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(309)	232

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.637	2.126
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	138.596	163.255
Outros Créditos - Rendas a receber	853	809
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	797	585
Investimentos (Nota 09)	9.206	6.784
Intangível (Nota 10)	3.861	4.270
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	5.246	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	113.887	76.253
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.025	3.144
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	24.169	16.828
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	176	128
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.359	3.248
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	9.105	10.302
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	139	-
Operações de Empréstimos e Repasses	5.441	3.852
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.390	1.875
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.695	6.718

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	178	0,22%	554
Depósitos a prazo	2.566	1,13%	3.325
Operações de crédito	1.127	0,31%	1.401

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.791	1.733

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	958	775
Despesa de aluguéis	2.683	1.923
Despesa de comunicação	1.258	1.180
Despesa de manutenção e conservação	1.360	1.119
Despesa de material	604	596
Despesa processamento dados	703	536
Despesa de promoções e relações públicas	3.034	2.536
Despesa de propaganda e publicidade	209	439
Despesa de seguro	391	372
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.605	2.047
Despesa de serviços de terceiros	1.015	851
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.439	2.091
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.307	977
Despesa de serviços de transportes	1.535	1.355
Despesa de viagem	860	801
Despesa de depreciação e amortização	1.896	1.320
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	998	836
Outras despesas administrativas	2.606	2.057
Total	26.461	21.811

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	590	557
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	8.901	10.068
Reversão de provisões operacionais	1.635	2.035
Outras rendas operacionais	373	410
Total	11.499	13.070

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.647	1.376
Contribuições Cooperativistas	188	157
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	828	573
Contribuição Confederação Sicredi	6.038	5.175
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	857	783
Encargos da administração financeira	49	67
Repasse administradora de Cartões	275	300
Outras despesas de Cartões	1.802	1.201
Outras provisões operacionais	1.412	1.699
Outras despesas operacionais	775	1.108
Total	13.871	12.439

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	37.734	34.899
Total	37.734	34.899

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	84.031	63.849
Nível I (NI)	84.031	63.849
Capital principal - CP	84.031	63.849
Capital social	52.629	43.892
Reservas de capital	33.758	25.573
Lucros acumulados	1.730	1.198
Ajustes Prudenciais	(4.085)	(6.814)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	445.992	402.457
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.544	-
Margem de Capital (i)	35.658	15.554
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,84%	15,86%
Situação de Imobilização (Imob)	13.816	11.103
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,44%	17,39%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vanderlei Gonçalves de Oliveira
Diretor Executivo
CPF: 024.582.629-70

Bruno Gasparetti Moreira
Diretor de Operações
CPF: 071.699.719-33

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nova Londrina / PR, 29 de janeiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Rio Paraná - Sicredi Rio Paraná PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames , somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Amauri Cesar Da Silva Dias
Conselheiro

Gilberto Hidekazu Kondo
Conselheiro

Jose Augusto Felix
Conselheiro